Diário de bordo

Modernizar o crédito rural



Roberto Rodrigues*

GRAÇAS À firmeza da Presidente da República, o governo brasileiro tem avançado na redução do chamado Custo Brasil, caminhando para a eliminação de complexos e renitentes gargalos do desenvolvimento equilibrado do País em geral e do campo em particular.

Foi assim quanto ao maior de todos os entraves ao crescimento da Agropecuária, a infraestrutura e a logística. Com a decisão presidencial de fazer parcerias com o setor privado, finalmente o Brasil deu a partida para o real enfrentamento desse tema, ainda que os resultados concretos demorem a aparecer. Mas finalmente o PAC vai sair do papel.

Foi assim também com os sinais para redução de taxas de juros e da carga tributária sobre energia, dois recorrentes fantasmas que assombram o País.

A finalização do desolador debate sobre o Código Florestal constitui um avanço para a segurança jurídica no setor rural, abrindo caminho para discussão sobre outros temas polêmicos, como o de terra para estrangeiros, a legislação trabalhista e outros aspectos fundiários desconfortáveis, como o das terras indígenas e dos quilombolas.

A forma lamentável como foi resolvido o problema de direção da Embrapa, por outro lado, permite o encaminhamento de uma política tecnológica articulada entre todos os atores – públicos e privados – das cadeias produtivas.

É claro que ainda cabe uma profunda reflexão sobre a política comercial externa, em função do imobilismo da Rodada de Doha da OMC, potencializado pela crise financeira que ainda ronda a Europa, embora amenizada nos Estados Unidos e na Ásia. Até mesmo uma reavaliação do Mercosul e das negociações bilaterais em que o Brasil carrega seus parceiros do bloco deve ser feita. Esta ação na política externa ganhou maior dimensão com a seca americana, que mostrou a fragilidade dos programas mundiais de segurança alimentar, abrindo ao Brasil um novo espaço negociador, incluída a perspectiva de agregar valor às exportações do agro, via industrialização e descomoditização.

E, evidentemente, faz-se necessária uma rigorosa ação no setor de defesa sanitária, seja na área animal, seja na vegetal, com a ambição de eliminar definitivamente a febre aftosa do cenário nacional e continental. Não podemos descansar enquanto essa espada estiver sobre nossas cabeças, e isso é tarefa para governo federal, governos estaduais e municipais, sem falar no engajamento do setor privado.

Mas é na política de renda rural que estão as grandes demandas. Observadores brasileiros que acompanharam os efeitos da seca nos Estados Unidos voltaram com inveja do que viram: apesar da grande quebra na produção, os agricultores estão tranquilos, porque o seguro lhes cobrirá as perdas. Nós, aqui, ainda patinamos nesse ponto essencial, embora a lei do Seguro Rural exista desde 2003!

Também no crédito rural há muito a fazer, mas alguns pontos podem ser destacados.

Em relação à simplificação do crédito, por exemplo, deveríamos:

– admitir o crédito rotativo para as operações de crédito rural, estendendo-o a vários ciclos de culturas: seria o crédito sistêmico no campo;

– dispensar a exigência de certidões na contratação de operações de crédito, bastando consultar o CADIN;

– tornar facultativa a exigência de orçamento, cabendo ao agente financeiro analisar cada demanda;

– padronizar as normas de crédito rural, independente da fonte;

– padronizar as taxas de registro em cartório para títulos de financiamento rural, como CCR, CPR e outros.

E para mitigar os riscos inerentes ao negócio, seria necessário:

– instituir planos de safra plurianuais;

– criar fundos garantidores de crédito, com participação dos governos e do setor privado;

– universalizar os mecanismos mitigadores de risco, abrangendo todas as fontes de recursos;

– ampliar o volume de recursos para subvenção do seguro agrícola.

Se essas providências fossem tomadas, uma verdadeira estratégia agropecuária começaria a ser implantada no País. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo